

Lição 7

Counsel

Deliberam os homens acerca de todas as coisas, de modo que tudo seja deliberável, ou há certas coisas de que não há deliberação? [458]

Deve-se dizer, porém, que talvez não seja deliberável aquilo sobre o que deliberaria algum insensato ou insano, mas aquilo sobre o que deliberam os que têm bom intelecto. [459]

Ora, ninguém delibera acerca das coisas eternas, por exemplo, acerca do mundo, ou da diagonal e do lado, por serem incomensuráveis. [460]

Mas tampouco acerca daquilo que está em movimento, mas sempre se faz do mesmo modo, seja por necessidade, seja por natureza, seja por alguma outra causa, por exemplo, os solstícios e os nascimentos do sol. [461]

Nem acerca daquilo que ora se dá de um modo, ora de outro, por exemplo, as secas e as chuvas. [462]

Nem acerca daquilo que provém da fortuna, por exemplo, o achado de um tesouro. [463]

Mas tampouco acerca de todas as coisas humanas, por exemplo, nenhum dos lacedemônios delibera de que modo os citas deveriam melhor conduzir a vida. [464]

Pois nada disso se realizará por nós. [464]

Deliberamos, porém, acerca daquilo que está em nós e é operável. [465]

Ora, estas são as coisas que restam. Pois as causas parecem ser a natureza, a necessidade e a fortuna, e ainda o intelecto e tudo o que se faz pelo homem. E cada um dos homens delibera acerca daquilo que é operável por ele mesmo. [466]

E, na verdade, acerca das ciências exatas e por si suficientes não há deliberação, por exemplo, acerca das letras, pois não duvidamos de como se deve escrever. Mas há deliberação acerca de tudo o que é feito por nós. [467]

Todavia, não deliberamos sempre do mesmo modo acerca dessas coisas, por exemplo, acerca daquilo que pertence à medicina, aos negócios e à navegação, mais do que à ginástica, tanto quanto esta é menos certificada. E de modo semelhante acerca das demais artes. [468]

Mais, porém, acerca das artes do que das ciências; pois duvidamos mais acerca delas. [469]

É preciso deliberar sobre aquelas coisas que acontecem na maioria das vezes, mas cujo modo de acontecer é incerto. [470]

E sobre aquelas em que há indeterminação. [471]

Tomamos conselheiros nas coisas de importância, desconfiando de nós mesmos como não sendo suficientes para discernir. [472]

458. *Deliberam, porém, sobre todas as coisas* etc. Depois que o Filósofo tratou da eleição, aqui trata do conselho.

E primeiro do conselho em si mesmo;

segundo, por comparação com a eleição, ali: ***o que é deliberável, porém*** etc.

Quanto ao primeiro, faz duas coisas:

primeiro mostra sobre quais coisas deve versar o conselho;

segundo, determina o modo e a ordem de deliberar, ali: ***não deliberamos, porém, sobre os fins*** etc.

Quanto ao primeiro, faz duas coisas:

primeiro diz sobre o que versa a intenção;

segundo, executa o proposto, ali: ***sobre as coisas eternas, porém*** etc.

A respeito do primeiro, faz duas coisas.

Primeiro propõe a questão que pretende tratar. E a questão é se os homens deliberam sobre todas as coisas, de modo que cada uma seja deliberável, ou se há certas coisas sobre as quais não há conselho.

459. Segundo, ali: ***deve-se dizer, porém, talvez*** etc., expõe a questão proposta. E diz que não se chama deliberável aquilo sobre o que às vezes delibera *algum insensato*, isto é, aquele que tem o uso da razão mas pervertido, *ou algum insano*, que carece totalmente do uso da razão; mas verdadeiramente se chama deliberável aquilo sobre o que deliberam os homens que têm o intelecto retamente disposto. Pois tais homens não deliberam senão sobre coisas que em sua natureza são tais que sobre elas se deve ter conselho, as quais propriamente se chamam deliberáveis; os insensatos, porém, às vezes deliberam também sobre aquelas coisas que em sua natureza são tais que sobre elas não se deve ter conselho.

460. Em seguida, quando diz: ***sobre as coisas eternas, porém*** etc., mostra sobre quais coisas há conselho.

E primeiro distinguindo as coisas segundo as suas causas;

segundo, distinguindo-as segundo quaisquer artes, ali: **e, de fato, acerca de certas** etc.;

terceiro, distinguindo-as segundo as condições das próprias coisas, ali: *é preciso, porém, deliberar* etc.

Quanto ao primeiro, faz três coisas:

primeiro mostra sobre quais coisas não há conselho;

segundo, conclui sobre quais há, ali: **deliberamos, porém** etc.;

terceiro, mostra que a conclusão se segue das premissas, ali: **estas, porém, são as que restam** etc.

Quanto ao primeiro, faz cinco coisas.

Primeiro diz que ninguém delibera sobre as coisas eternas, isto é, sobre aquelas que sempre são e sem movimento. Ora, tais são ou aquelas cujas substâncias não estão submetidas ao movimento, como as substâncias separadas e a própria universalidade do mundo, ou também aquelas que, embora quanto ao ser estejam em matéria móvel, contudo quanto à razão se abstraem de tal matéria, como são os entes matemáticos; por isso põe o exemplo da diagonal do quadrado e da sua costa, isto é, do seu lado, sobre os quais ninguém delibera se são comensuráveis.

461. Segundo, ali: **mas nem sobre estas** etc., diz que também ninguém delibera sobre aquelas coisas que, ainda que se movam, contudo o seu movimento é sempre uniforme, seja a uniformidade do seu movimento por necessidade e não por causa de alguma outra causa, como são as coisas necessárias por si mesmas, seja isto pela natureza dos corpos móveis, seja isto por causa de alguma causa separada, conforme se põem as substâncias imateriais que movem os orbes celestes, das quais aqui fala; por isso exemplifica com as voltas, isto é, com os movimentos circulares do sol e com os seus nascimentos.

462. Terceiro, ali: **nem sobre aquelas que em outras ocasiões** etc., diz que também não há conselho sobre aquelas coisas que consistem em movimento e na maioria das vezes se fazem do mesmo modo, embora às vezes, ainda que em menor número, aconteçam de outra maneira, como são as secas, que mais frequentemente acontecem no verão, e as chuvas, que mais vezes acontecem no inverno, ainda que às vezes aconteça de outro modo.

463. Quarto, ali: **nem sobre aquelas que** etc., diz que também não há conselho sobre aquelas coisas que se fazem pela fortuna, como acerca da descoberta de um tesouro. Pois, assim como aquelas coisas de que acima se tratou não provêm da nossa operação, assim as coisas fortuitas não podem provir da nossa premeditação, porque são imprevistas e fora da intenção.

464. Quinto, ali: **mas nem sobre as coisas humanas** etc., diz que não só os homens não deliberam sobre as coisas necessárias, naturais e fortuitas, mas nem sequer sobre todas as coisas humanas, assim como os lacedemônios não deliberam de que modo os citas, que estão muito distantes deles, devam da melhor maneira conduzir a sua vida.

E acrescenta uma razão comum que responde a todos os casos precedentes, quando diz: **pois nenhuma delas se fará** etc., a saber, porque nenhuma daquelas coisas que são necessárias, ou naturais, ou fortuitas, ou feitas por outros homens, se faz por nós.

465. Em seguida, quando diz: **deliberamos, porém, sobre aquelas coisas** etc., diz, como que concluindo das premissas, sobre quais coisas há conselho. E diz que deliberamos sobre as coisas operáveis que estão em nós, isto é, em nosso poder. Pois o conselho ordena-se à operação.

466. Em seguida, quando diz: **estas, porém, são as que restam** etc., mostra que isto se segue das premissas, a saber, porque, além das coisas precedentes sobre as quais se disse que não há conselho, restam somente estas, isto é, aquelas que estão em nós, sobre as quais dizemos haver conselho. E isto prova dividindo as causas. Pois parecem existir quatro causas das coisas, a saber: a natureza, que é o princípio do movimento, quer daquelas coisas que sempre se movem do mesmo modo, quer daquelas que na maioria das vezes conservam uniformidade de movimento; e a necessidade, que é causa daquelas coisas que sempre são do mesmo modo sem movimento; e a fortuna, que é a causa por acidente que age fora da intenção, sob a qual também se compreende o acaso; e, além destas causas, há ainda a causa do intelecto e tudo o mais que produz aquilo que se faz pelo homem, como a vontade, o sentido e outros princípios deste gênero. E esta causa diversifica-se segundo os diversos homens, de modo que cada homem delibera sobre aquelas coisas operáveis que podem ser feitas por ele mesmo; do que se segue que não há conselho sobre aquelas coisas que se fazem por outras causas, como se disse.

467. Em seguida, quando diz: **e, de fato, acerca de certas** etc., mostra sobre quais coisas pode haver conselho segundo as diversas artes operativas, segundo as quais operamos aquelas coisas que estão em nós.

E a respeito disto faz duas coisas.

Primeiro mostra acerca de quais artes há conselho e acerca de quais não. E diz que, acerca daquelas disciplinas operativas que têm modos certos de operar e são suficientes por si mesmas, de modo que o efeito da sua obra não depende do evento de algo extrínseco, acerca destas artes, digo, não há conselho, como acerca do escrever as letras. E a razão disto é que não deliberamos senão nas coisas duvidosas; ora, não há dúvida de como se deve escrever, porque é certo o modo de escrever e o efeito da escrita não depende senão da arte e da mão de quem escreve. Mas há conselho sobre todas aquelas coisas que se fazem por nós, isto é, naquelas em que é preciso que por nós se determine de que modo se façam, porque não são em si certas e determinadas.

468. Segundo, ali: **não do mesmo modo, porém** etc., mostra que sobre estas coisas não há conselho do mesmo modo, mas sobre algumas mais e sobre algumas menos.

E primeiro mostra esta diferença entre as artes operativas entre si. E diz que nem sempre deliberamos sobre aquelas coisas que por nós se determinam de modo semelhante, isto é, com dúvida igual, mas sobre algumas mais, as quais são menos determinadas e nas quais é preciso considerar mais coisas exteriores, como na arte da medicina, na qual é preciso atender à virtude da natureza daquele que é curado, e na arte do negócio, na qual é preciso atender às necessidades dos homens e à abundância das coisas vendáveis, e na arte de governar o navio, na

qual é preciso atender aos sopros dos ventos; e nestas deliberamos mais do que na arte ginástica, isto é, da luta ou do exercício, que tem modos mais certos e determinados, na medida em que as artes mencionadas são menos certas. E o mesmo se deve entender nas outras artes.

469. Segundo, ali: ***mais, porém*** etc., mostra a diferença quanto à necessidade do conselho entre as artes operativas e as ciências especulativas. E diz que temos mais necessidade de deliberar acerca das artes, a saber, operativas, do que acerca das disciplinas, a saber, especulativas, nas quais não há conselho quanto àquilo de que tratam, porque tais coisas provêm da necessidade ou da natureza, mas quanto ao seu uso, como, por exemplo, de que modo ou por qual ordem se deve nelas proceder. No que, contudo, é menos necessário deliberar do que nas ciências práticas, acerca das quais duvidamos mais por causa da grande variedade que ocorre nestas artes.

470. Em seguida, quando diz: ***é preciso, porém, deliberar*** etc., mostra sobre quais coisas deve versar o conselho, considerando as condições das próprias coisas. E a respeito disto põe três condições das coisas sobre as quais há conselho.

E primeiro diz que é preciso deliberar sobre aquelas coisas que acontecem mais frequentemente, mas que, por poderem acontecer de outro modo, é incerto de que maneira acontecerão. Pois, se alguém quisesse levar a conselho aquelas coisas que raríssimas vezes acontecem, por exemplo, se a ponte de pedra pela qual se deve passar cairá, nunca o homem faria coisa alguma.

471. Segundo, ali: ***e sobre aquelas em que*** etc., diz que é preciso deliberar sobre aquelas coisas em que não está determinado de que modo se deva agir. Pois o juiz não delibera de que modo deva sentenciar naquelas coisas que estão estabelecidas pela lei, mas talvez nos casos em que algo não está determinado pela lei.

472. Terceiro, ali: ***tomamos conselheiros, porém*** etc., diz que tomamos para nós outros para deliberar nas coisas grandes, como que não confiando em nós mesmos como sendo suficientes para discernir o que é preciso fazermos. E assim é evidente que o conselho não deve versar sobre quaisquer coisas mínimas, mas sobre as coisas grandes.